

# Os jovens adultos e a esfera pública digital: uma perspectiva intercultural

Micheline Frenette, Marie-France Vermette

micheline.frenette@umontreal.ca

<sup>1</sup>University of Montreal e <sup>2</sup>University of Ottawa

## RESUMO

Este artigo aborda o envolvimento dos jovens adultos na esfera pública digital e procura identificar algumas questões importantes relacionadas com este fenómeno, bem como alguns dos desafios de investigação futura. Tem-se afirmado recorrentemente que as gerações mais novas se encontram desencantadas com a tradicional política partidária, preferindo formas alternativas de envolvimento político. Em simultâneo, tem-se constatado que, decorrente do seu atual envolvimento com as TIC, e das oportunidades únicas que estas têm para oferecer, a esfera pública digital se transformou no local de eleição para representação destas novas formas de envolvimento político. A hipótese de que os jovens adultos fazem parte de uma geração digital que redefiniu os seus modos de funcionamento na sociedade foi o fator de motivação de um estudo realizado com estudantes universitários de quatro países diferentes<sup>1</sup> para analisar de que modo estas novas práticas se desenvolvem nas várias esferas das suas vidas. Exploramos, entre outros aspetos, em que medida e de que modo a Internet se tornou um novo vetor de participação política entre jovens adultos. Utilizaremos parte destes dados para sustentar a nossa reflexão sobre o envolvimento dos jovens adultos na esfera pública digital e para voltar a analisar as premissas clássicas daquilo que constitui a esfera pública. Conclui-se o presente trabalho partilhando as nossas perspetivas sobre este fenómeno e discutindo pistas de investigação adicionais nesta área.

## PALAVRAS-CHAVE

Esfera pública digital; envolvimento político; jovens adultos; TIC

## 1. INTRODUÇÃO

O envolvimento dos jovens adultos na vida política é uma questão crucial para as sociedades democráticas de todo o mundo. De facto, a falta de envolvimento dos jovens adultos na política partidária tradicional, e que se reflete na afluência às urnas, tem sido amplamente estudado ao longo dos últimos anos. A afluência dos jovens (18–24 anos) às urnas nas eleições presidenciais americanas diminuiu continuamente ao longo dos últimos 40 anos (Mindich, 2005: 22), tendo passado de 50,9% em 1964 para 32,3% em 2000. Uma situação idêntica ocorreu em Quebec, no Canadá (Bélanger e Nadeau, 2009; Blais, 2008). Porém, esta tendência não é especificamente norte-americana, tendo-se verificado desenvolvimentos semelhantes na Europa Ocidental, no Japão e na América Latina (Niemi e Weisberg, 2001). Em França, por exemplo, registou-se uma diminuição na participação política tradicional (nas eleições, na campanha política) e um

\* Os restantes investigadores que participam neste projeto são: Pascal Plantard, Universidade de Rennes 2, França; Julieta Espinosa, Cony Saenger y Pedrero, Elisa Lugo Villaseñor e Maria Teresa Yurén, Universidade Autónoma do Estado de Morelos, México; Ulrika Sjöberg, Universidade de Halmstad e Ebba Helena Sundin, Universidade de Jönköping, Suécia.

aumento da participação nos protestos (greves, petições, manifestações, etc.) (Galland, 2009). De facto, Loncle (2007) indica que 85% dos jovens franceses não pretendem ser associados a um partido político, enquanto apenas 30% se mostram relutantes em participar numa manifestação ou numa greve. No México, um inquérito recente sobre os valores dos jovens indica que 43% não estão interessados em política, sendo que 46% estão apenas ligeiramente interessados (Imjuve e UNA, 2012).

Globalmente, então, os jovens adultos parecem mostrar possuir menos conhecimentos e um interesse menor na política tradicional, enquanto, ao invés, parecem apresentar uma maior tendência para participar em novas formas de envolvimento político como forma de fazerem ouvir a sua voz. A Internet e outras tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm sido apontadas como instrumentais no suporte a estas novas formas de envolvimento na vida pública. De facto, os observadores sentiram-se ligeiramente aliviados pelo facto de a maioria dos jovens, sobretudo os jovens com níveis de educação elevados, estarem, presumivelmente, ativamente envolvidos na esfera pública digital. Farthing (2010: 181) defende esta linha de pensamento ao afirmar: “[a] relação dos jovens com a política contemporânea é complexa. São, muitas vezes, criticados por serem os arautos apolíticos de uma “crise da democracia” incipiente, ao mesmo tempo que os denunciam como sendo os autores de novas e sofisticadas formas de política, nomeadamente nos meios eletrónicos”.

Uma das principais consequências destas transformações sociais é que nos leva a repensar a nossa definição de envolvimento político. Segundo Farthing (2010: 185), o desprendimento face à política tradicional pode ser construído como um sinal de oposição a um tipo de política que é percecionado como não fazendo o suficiente para o bem-estar dos cidadãos, e que poderia considerar-se “uma resposta legítima às próprias instituições defeituosas”. Beck (2001: 159) chega a afirmar que a rejeição da política tradicional é “uma poderosa nova forma de ação”. Somos, portanto, levados a concluir que os jovens adultos não são apolíticos, mas antes que foram a própria substância dos seus interesses políticos, as suas esferas e as suas formas, que mudaram (Furlong e Cartmel, 2007; Bennett, 2008). Seguindo o mesmo raciocínio, Miegel e Olsson (2012: 490) propõem a hipótese de que a Internet “interagiu com as formas de vida dos jovens de um modo que deu origem a novas questões sociais e culturais, com um efeito destabilizador sobre a adequação dos valores e das normas sociais e culturais enraizados”. Finalmente, Farthing (2010: 188) é da mesma opinião, afirmando: “...o problema não são os jovens de hoje; pelo contrário, a rejeição da política pelos jovens constitui a sua forma de negociar as novas liberdades de uma sociedade de risco”.

O presente trabalho, que assenta nos dados de um inquérito internacional a estudantes universitários, tem como objetivo contribuir para a reflexão contínua sobre estas questões. Começamos por apresentar uma revisão da literatura, no sentido de procurar compreender o desligamento dos jovens da política tradicional, de que modo é que as TIC proporcionam novas possibilidades de participação dos cidadãos, e por que é que estas apelam particularmente aos jovens adultos. De seguida, apresentamos os dados do nosso estudo sobre as práticas dos jovens, relacionadas com a política, na Internet.

Isto irá permitir-nos descobrir que estas práticas não são tão homogêneas ou entusiastas como muita da literatura faz parecer, e que são perceptíveis diferenças culturais. Posteriormente, procuraremos compreender a importância destes resultados à luz das noções clássicas de esfera pública e, por outro lado, refletir sobre a relevância destes conceitos, no sentido de apreender a realidade da esfera pública digital.

## 2. DA POLÍTICA TRADICIONAL ÀS FORMAS DE ENVOLVIMENTO ALTERNATIVAS

De que forma se poderá dizer que as TIC transformam as regras de envolvimento político, em geral? Segundo diversos sociólogos, como Wolton (2008), embora os meios de comunicação não estejam isentos de paradoxos, continuam a ser condição funcional e normativa dos debates no espaço público. Na realidade, os média sempre funcionaram como um importante elemento de transmissão de informação entre aqueles que detêm o poder e a população em geral; porém, durante muito tempo, a comunicação foi sobretudo unidirecional. Estas transformações recentes (i.e., o acesso imediato às informações, a diversidade de fontes em todo o mundo, a possibilidade de o público intervir, etc.) influenciam conseqüentemente a forma como as relações de poder se desenrolam, no seio e entre as esferas públicas. Por conseguinte, Miège (2010: 116, tradução nossa) defende o papel central dos média nas esferas públicas contemporâneas: “...os temas discutidos, a fragmentação dos espaços parciais e as diferentes categorias de intercâmbio entre os participantes estão, de certa forma, relacionados com o sistema dos média, embora este último elemento tenha sido duplamente complexificado: por um lado, através da multiplicação das organizações que o compõem, e, por outro lado, através das relações mútuas e cruzadas entre os média, e mesmo com a comunicação *hors-media* [relações públicas, agências de comunicação]”. Dahlgren (2008, 2012) também sublinha a importância de ter em conta o novo papel desempenhado pelos média nas *esferas públicas*, afirmando que estas contribuem para a queda da esfera pública, considerada, durante muito tempo, universal e racional. Para Dahlgren, a esfera pública está a tornar-se uma “esfera de representações” onde a racionalidade do mercado prevalece e onde se criam quadros de interpretação comuns aos subgrupos da população.

Parece, portanto, que a Internet está a contribuir verdadeiramente para uma reconfiguração da esfera pública. Para alguns autores (Dahlgren, 2008; Wolton, 2008; Miège, 2010), esta mutação da esfera pública está a decorrer a um ritmo acelerado, agora que a maioria dos cidadãos dos países ocidentais possui acesso à Internet, utilizando-a regularmente. Para Cardon (2010: 10-11), esta esfera pública digital é “trespassada por duas novas dinâmicas que permitem o alargamento da esfera pública tradicional: o acesso privilegiado dos profissionais à publicação foi suprimido, conduzindo a um surto de amadores que alargam o perímetro do debate democrático, enquanto as aspirações da expressão pessoal dos utilizadores da Internet criam sensibilidades que são transpostas entre a sociabilidade privada e para os debates públicos”. De facto, a possibilidade de falar publicamente é alargada à sociedade em geral, ao mesmo tempo que as conversas privadas começam a ganhar visibilidade pública. Com as TIC, as fronteiras entre o público e o privado esbatem-se, e os espaços sociais e os média interligam-se.

A Internet possui um grande impacto sobre a forma como as relações de poder se desenrolam na sociedade porque, entre outros fatores, aumenta as possibilidades de participação, permitindo formas de expressão que são menos exigentes, social e culturalmente, para além de serem extremamente apelativas. Por exemplo, as funções interativas que nos permitem receber feedback personalizado, e que nos conferem a capacidade de interagir instantaneamente com as outras partes, são características das TIC que facilitam a participação. Além disso, as TIC permitem o envolvimento na esfera pública em termos daquilo a que Caron e Caronia (2005) chamam o *non-temps* e o *non-lieu*, significando que é possível participar na esfera pública a qualquer momento, e em qualquer lugar. As TIC permitem um compósito de micro-espacos de debates que são incessantemente constituídos, afastados ou deslocados através de modos de expressão, quer tradicionais, quer novos, irónicos ou divergentes, desenvolvidos à margem e a uma certa distância da política oficial (Cardon, 2010: 70-72). Os média como a Internet facilitam debates entre cidadãos, bem como a comunicação entre eles e os políticos. De facto, os debates sobre os conhecimentos opõem regularmente os cidadãos às instituições oficiais, recusando-se os primeiros a subjugar-se aos últimos.

Apesar destes desenvolvimentos animadores, não poderemos concluir que as relações de poder na esfera pública digital se encontram totalmente esvaziadas, uma vez que, como afirma Cardon (2010), existe uma diferença entre acesso e visibilidade online. Além disso, a existência destes diversos micro-espacos, apesar das diversas vantagens que têm para oferecer, não significa que todos os cidadãos estejam politicamente envolvidos, antes pelo contrário. Por detrás deste horizonte democrático dos “todos-participativos”, segundo Cardon (2010: 80), reproduz-se, infelizmente, a distribuição desigual do capital sociocultural. Porém, estudos prévios levam-nos a acreditar que a população que nos interessa neste estudo (os estudantes universitários) constitui um dos subgrupos com maior probabilidade de beneficiar das possibilidades da participação na esfera pública digital. Voltamos, agora, a nossa atenção especificamente para este tema.

### **3. O ENVOLVIMENTO DOS JOVENS ADULTOS NA ESFERA PÚBLICA DIGITAL**

#### **3.1 NOVAS POSSIBILIDADES DEFINITIVAS**

No seu conjunto, estas características das TIC, que permitem novas formas de envolvimento na esfera digital, parecem apelar particularmente aos jovens adultos. Mas qual é o fator existente precisamente na esfera pública digital que incentiva, supostamente, os jovens adultos a aderir a estas formas alternativas de participação política? De facto, “[...] existe um pressuposto geral de que as novas tecnologias da comunicação, que apresentam uma maior tendência para serem adotadas rapidamente pelos membros mais jovens da sociedade, podem conduzir mais jovens ao processo político” (Stromer-Galley e Wichowski, 2011: 174-75). Alguns autores, como Livingstone et al. (2004) e Vromen (2007), concordam que, ao alargarmos o nosso entendimento sobre participação política, somos levados a concluir que os jovens participam politicamente, online, recorrendo a formas novas. De facto, as “TIC proporcionam a capacidade, não

só de constituir novas comunidades políticas de jovens, mas também de informar outras formas políticas alternativas, desde “grupos de boicote à Nike” no Facebook, até ao reenaminhamento de emails sobre a ética da agricultura nas florestas tropicais” (Farthing, 2010: 186).

McKee (2005: 74) acrescenta: “[a]s formas de política tradicionais não estão a mobilizar os jovens ativistas da mesma forma que o movimento antiglobalização”. Explica-o recorrendo ao facto de os jovens adultos preferirem movimentos sociais nos quais as conversas (e não as relações autoritárias) fazem parte integrante do processo político; passam, assim, da política tradicional para aquilo a que ele chama *política cultural*. Para Farthing (2010), a agenda política dos cidadãos mais jovens possui duas funções essenciais: transcendem as fronteiras nacionais (i.e., através do envolvimento com organizações não-governamentais mundiais, da assinatura de petições internacionais pela proteção do ambiente, etc.), possuindo as ações desempenhadas uma escala menor, e sendo mais intensas e personalizadas. Autores como Giddens (1991), Beck (1992) e Furlong e Cartmel (2007) indicam que “muita gente voltou-se para uma nova forma de participação política: a “política da vida” da auto-atualização, ou a vivência da sua ideologia política. Isto conduz àquilo que se descreveu como ações “micro-políticas” (Pattie et al., 2004) ou ações “orientadas para a causa” (Norris, 2003), um processo no qual as ações dos jovens não se encontram direcionadas para o estado, mas sim para questões específicas” (Farthing, 2010: 188-9). Finalmente, Theocharis (2011: 219) descreve aquilo a que chama “política pós-moderna” como um “movimento mais jovem que celebra a possibilidade de ações políticas irónicas, humorísticas e contraditórias”.

### **3.2 DIFERENÇAS ENTRE JOVENS ADULTOS**

Muito embora a política tradicional esteja atualmente a atravessar um período de transformações significativas, ao mesmo tempo que a política cultural atravessa um período de expansão, tal não significa que todos os jovens adultos se envolvam em qualquer um dos tipos de política facilitados pelas TIC e referidos acima. Alguns autores (Stockemer, 2010; Bastien, 2004; Sarra-Bournet, 2008) defendem que as origens socio-culturais exercem um forte impacto sobre a participação política e que a educação é uma das principais variáveis. De facto, Bélanger e Nadeau (2009) afirmam que os jovens adultos detentores de um diploma universitário são mais participativos do que aqueles que possuem um diploma do ensino secundário, uma vez que a educação influencia a consciência política e os sentimentos de responsabilidade cívica e de eficiência pessoal. Muitos outros fatores psicológicos também se encontram positivamente relacionados com o envolvimento político, tais como: as atitudes perante o sistema político (Pammett e Leduc, 2005), conhecimentos políticos (Bastien, 2004; Milner, 2007) consumo dos média (Sarra-Bournet, 2008), presença numa organização social (Britt, 2003; Wells e Dudash, 2007) e o desejo de exprimir o próprio ponto de vista (Blais, 2008).

Porém, uma vez que um nível de educação mais elevado está constantemente associado ao envolvimento político, centrámos a nossa atenção nos estudantes universitários, que representam um segmento da população no seio do qual a utilização da Internet é, normalmente, mais intensiva e versátil e, conseqüentemente, apresentam

uma maior probabilidade de exemplificar a emergência de novas práticas comunicativas (Bennett, 2008). Este fator foi verificado por estudos que mostram que os jovens adultos com melhores oportunidades educativas e que estudam no ensino superior apresentam uma maior tendência para se envolverem na esfera pública e uma maior probabilidade de possuírem um conjunto de práticas mais alargado (Theocharis, 2001; Farthing, 2010). Finalmente, alguns estudos sobre o conceito de “idade adulta emergente” (proposto originalmente por Arnett, 2004) concluíram que os estudantes de diferentes origens sociais possuem em comum uma cultura contemporânea e hábitos de vida que transcendem as fronteiras nacionais, e que se refletem na sua apropriação das tecnologias digitais. Uma das nossas hipóteses de investigação consiste em verificar em que medida os estudantes de diferentes culturas apresentam, de facto, mais semelhanças do que diferenças relativamente às suas práticas políticas online.

#### 4. INQUÉRITO COMPARATIVO INTERNACIONAL

Realizámos um inquérito internacional a estudantes universitários em quatro sociedades diferentes: Canadá (Quebeque), França (Bretanha), México e Suécia, no sentido de estudar em que medida estes estudantes estão envolvidos na esfera pública digital e, em caso afirmativo, qual o grau de semelhança ou de diferença entre eles, neste contexto. Os países participantes neste estudo são bastante distintos cultural e politicamente, bem como em termos de linguagem utilizada e de raízes históricas. Por outras palavras, um dos nossos objetivos consistiu em observar se os estudantes universitários destas quatro sociedades estão imersos na sua própria cultura de forma semelhante ou não, e em que medida podemos dizer que são (ou agem como) cidadãos do mundo, como alguns investigadores tendem a chamar-lhe.

##### 4.1 METODOLOGIA

Os nossos dados sobre a participação política dos estudantes universitários na esfera pública baseiam-se num inquérito concebido em torno de três dimensões: 1) o *contexto vivencial* (recursos pessoais, sociais, culturais e técnicos colocados à disposição do indivíduo); 2) as *práticas dos média e da Internet* tendo em vista objetivos diferentes em três esferas da vida distintas (pessoal, académica/profissional e pública); 3) os *significados pessoais* atribuídos pelos estudantes às suas próprias práticas. A esfera pessoal inclui práticas no domínio privado, tais como aspetos de saúde, necessidades afetivas e relações com amigos. A esfera profissional diz respeito à formação académica, bem como às utilizações da Internet em contextos profissionais. A esfera pública diz respeito à participação do indivíduo na vida cultural e política a nível local, nacional e internacional. As perguntas do inquérito relacionadas com a esfera pública estudam a forma como os jovens adultos utilizam os média e a Internet para acompanharem os eventos políticos, para se envolverem nas questões políticas e para comunicarem com outros sobre estas questões. O nosso inquérito explora, também, a dimensão avaliativa da Internet, do ponto de vista

dos estudantes. Por exemplo, perguntamos em que medida valorizam a Internet para se manterem informados e para se envolverem mais facilmente nas esferas públicas, e investigamos as suas perspetivas sobre o potencial democrático da Internet para a sociedade. Neste artigo, concentramo-nos exclusivamente nas práticas relacionadas com a esfera pública, ao mesmo tempo que tiramos partido do nosso modelo tridimensional. De facto, teremos em consideração as correlações existentes, por um lado, entre estas práticas e as variáveis do *contexto vivencial* como o sexo e a cultura, e, por outro lado, entre estas práticas e os *significados pessoais* que lhes são atribuídos pelos inquiridos. Por outras palavras, este artigo apresenta dados específicos recolhidos com o intuito de melhor apreender a participação política, mas não reflete o inquérito na sua íntegra, uma vez que este cobre uma vasta gama de práticas relativamente à Internet e aos média.

No total, distribuámos 4637 inquéritos nos quatro países: 957 no Quebec (Canadá); 1350 em França (distribuição em papel e respostas online); 1451 no México e 879 (respostas online) na Suécia. Como poderemos verificar na Tabela 1, à exceção do México (onde as proporções são idênticas), responderam ao inquérito mais pessoas do sexo masculino do que do sexo feminino. Os estudantes de cada país encontram-se, na sua maioria, entre os 18 e os 24 anos, exceto na Suécia, onde o número de estudantes com idade superior a 24 anos que responderam ao inquérito é superior. O número de estudantes de ciências sociais que responderam ao inquérito é mais elevado no Quebec e em França, comparativamente ao México, onde o número de inquiridos em cada área de estudos (letras, ciências sociais, ciências e matemática e cursos profissionais) é idêntico. Relativamente aos três outros parceiros do projeto, a Suécia possui mais estudantes de cursos profissionais e menos de letras.

## 4.2 RESULTADOS

Analisaremos alguns dos resultados deste inquérito internacional, no sentido de investigar em que medida os jovens adultos com um nível avançado de educação, provenientes de diferentes países, utilizam as novas possibilidades colocadas à disposição pela Internet para participar na esfera pública. A apresentação destes dados está organizada em torno de duas ideias principais: a da participação ativa e da participação passiva; e a das representações positivas e representações negativas da Internet. Ao longo deste trabalho, assinalamos algumas diferenças culturais e procuramos compreendê-las.

### 4.2.1 PARTICIPAÇÃO ATIVA VERSUS PARTICIPAÇÃO PASSIVA

A Internet proporciona, atualmente, um acesso fácil à versão online dos média tradicionais, bem como aos média alternativos e a uma série de outras fontes de informação, tais como blogs e outros. Considerando a diversidade de recursos disponíveis, em que medida é que a Internet utiliza determinada fonte de informação com o objetivo específico de assegurar o envolvimento na esfera pública? A este respeito, destacam-se os estudantes do Quebec, 72% dos quais vêm na Internet uma fonte de informação sobre assuntos políticos, comparativamente a 46%, 40% e 39% dos seus colegas

Franceses, Suecos e Mexicanos, respetivamente. Isto não significa que os estudantes destes três países estão menos interessados na política, mas antes que, surpreendentemente, recorrem muito menos à Internet enquanto auxílio para a compreensão das questões políticas. No caso dos estudantes mexicanos, o acesso poderá explicar parcialmente estes resultados, uma vez que 29% possuem ligação à Internet na sua residência (Gobierno de México, 2010), e existe uma tradição bem enraizada entre os jovens mexicanos de acompanhar as notícias na televisão, conforme indicado por 78% dos participantes num inquérito realizado há alguns anos (Flores Davila, 2004). No caso dos estudantes franceses e suecos, o motivo parece não ser tanto uma questão de acesso, mas possivelmente um hábito mais forte de ler os jornais, bem como uma preferência pelas atividades sociais na Internet. Seja qual for o nível de utilização da Internet com o objetivo de obter informações políticas, e independentemente do país, os participantes do sexo masculino fazem uma utilização mais intensiva do que os participantes do sexo feminino. Mais importante ainda, os estudantes empenhados na vida académica (i.e., aqueles que possuem algum tipo de responsabilidade) também apresentam uma probabilidade significativamente mais elevada de utilizar a Internet com essa finalidade. Mesmo os estudantes que participam, simplesmente, na vida académica utilizam a Internet com essa finalidade, mais do que os seus colegas, que não o fazem. Por outras palavras, no respeitante à utilização da Internet para compreender questões políticas, regista-se uma grande variação, quer dentro de cada país, quer entre os vários países, com base no sexo e na participação na vida académica.

Embora um número considerável de estudos tenha investigado, como nós, as práticas dos jovens relativamente à Internet, são muito mais raros aqueles que se dedicam a estudar aquilo que os inquiridos pensam sobre os média. Como vimos, os jovens adultos acedem, efetivamente, às fontes online, de certo modo, para recolher informações sobre questões políticas. Porém, como é que avaliam estas informações? Uma das vantagens do nosso inquérito comparativo consiste em ter em consideração as representações, bem como as práticas. Por exemplo, observámos que a maior parte dos estudantes do Quebec (60%) está satisfeita com a Internet como forma de informação política, tal como os estudantes suecos (55%), embora os seus colegas mexicanos e franceses sejam menos entusiastas (42% e 39%, respetivamente) neste aspeto. Considerando que, na melhor das hipóteses, estas são pequenas maiorias, seria interessante explorar, em trabalhos futuros de natureza qualitativa, o significado destas reservas.

Tendo em conta, também, a popularidade dos sites de partilha de vídeo, como o YouTube (e uma vez que esta é uma característica específica da Internet), interrogámo-nos se os estudantes estariam interessados em ver vídeos de natureza política. Este interesse é mínimo. Os dados mostram que apenas pouco mais de um quarto dos estudantes do Quebec (27%) e um pouco menos dos estudantes franceses (22%) veem vídeos online sobre questões políticas. O que é interessante, nos dois países, é que os participantes do sexo masculino fazem-no com maior frequência do que os participantes do sexo feminino, e os estudantes de letras com maior frequência do que os seus colegas de outras áreas. No entanto, apenas uma quantidade muito pequena dos estudantes inquiridos publica efetivamente vídeos políticos online.

Quando inquiridos sobre se possuíam alguma espécie de espaço pessoal na Internet, a proporção daqueles que responderam afirmativamente varia muito de país para país. O mais surpreendente, contudo, é que apenas uma pequena parte dos participantes utiliza este espaço para fins políticos, independentemente do contexto cultural. Embora a utilização das redes sociais tenha aumentado exponencialmente desde que recolhemos os dados, a questão fundamental continua a ser se a proporção de utilizações políticas aumentou significativamente. Considerando que, há apenas alguns anos, esta utilização se encontrava em níveis insignificantes, duvidamos que a situação tenha mudado drasticamente.

O recurso à Internet para participar em debates públicos não constitui uma prática enraizada entre a população de estudantes inquiridos. Embora 37% dos inquiridos suecos se tenham socorrido da Internet com essa finalidade, apenas uma pequena quantidade dos seus colegas em França e no México (ambos com 22%), ou no Quebeque (15%), reagiram de modo idêntico. Esta distinção também se reflete nos resultados obtidos através do inquérito de Calenda e Meijer (2009) a estudantes universitários em Itália, Espanha e Holanda (33%), e nos resultados do inquérito de Ogan, Ozaka e Groshek (2008) a estudantes americanos (13%). Contudo, nestes dois estudos, os investigadores admitiram poder existir um enviesamento relativamente à participação dos estudantes mais ativos, uma vez que o inquérito foi realizado online. Tendo sido este, também, o caso com os dados da Suécia no nosso estudo, devemos colocar algumas reservas. Os autores também referem que os jovens já não são membros de partidos políticos, nem estão envolvidos em debates políticos formais; antes, participam em redes e movimentos isolados. É possível que os estudantes do nosso estudo tenham interpretado a questão como referindo-se aos debates políticos envolvendo partidos tradicionais, o que poderia explicar, parcialmente, o baixo nível de envolvimento.

Uma vez mais, os nossos resultados mostram que, em geral, os participantes do sexo masculino apresentam uma maior tendência para participar em debates públicos do que os participantes do sexo feminino, bem como para ficarem mais satisfeitos com as suas práticas. Curiosamente, o mesmo aconteceu no estudo de Calenda e Meijer (2009: 888) – à exceção dos inquéritos e das campanhas de notoriedade online, que obtiveram uma participação mais elevada por parte dos participantes do sexo feminino, “o que poderá confirmar que as mulheres apresentam uma probabilidade mais elevada de se envolverem em questões éticas e em ONGs do que na política tradicional e em organizações políticas tradicionais”. Stromer-Galley e Wichowski (2011) também notam que os fóruns online raramente tratam questões importantes para as mulheres (i.e., saúde, cuidados diários, etc.), e que as mulheres não apreciam o tom agressivo de algumas interações, para além de, nalguns casos, serem o alvo de atenção sexual indesejada. Considerando que os inquiridos do sexo feminino compõem a maior parte da amostra nos quatro países, o nível de participação reduzido nos debates públicos registado no estudo, globalmente, não é surpreendente. Conforme previsto, os estudantes envolvidos na vida académica também utilizaram a Internet para debates públicos mais do que os restantes colegas, pelo menos em Quebeque. Estas observações moderam o

entusiasmo relativamente à criação, pela Internet, de uma nova *Ágora*, mas também levanta questões sobre aquilo que motiva os estudantes a participarem no debate público online e aquilo que os impede de o fazer.

Deverá esta tendência dos inquiridos para consumir (muito mais do que para criar) informação ser considerada uma fragilidade, no sentido em que a Internet não é utilizada em todo o seu potencial para efeitos de envolvimento cívico? Stromer-Galley e Wichowski (2011) propõem uma explicação menos uniforme para esta falta de participação ativa. Em primeiro lugar, chamam a nossa atenção para o facto de que muitos eventos políticos offline são criados com o intuito de que poucos falem e muitos ouçam, e sugerem que aqueles que apenas leem os comentários nos fóruns online podem tirar proveito da exposição a diferentes pontos de vista e, possivelmente, fazer a sua transposição para interações offline sobre questões políticas. Estas são questões interessantes a abordar em estudos futuros.

Uma vez que uma das principais vantagens da Internet consiste em transpor as barreiras geográficas (Farthing, 2010), em que medida é que os estudantes tiram partido desta funcionalidade para fins políticos? Quase metade dos estudantes em Quebeque e no México comunicam com pessoas do seu próprio país sobre questões políticas (bem como eventos culturais), e apenas alguns tiram partido da Internet para saírem das suas fronteiras geográficas, nesta matéria. Por exemplo, quase metade dos estudantes em Quebeque (48%) afirmaram que comunicavam online para fins políticos (40% em Quebeque, 14% no Canadá e EUA, 13% na Europa e 5% no resto do mundo). Seria precipitado lamentar o facto de os estudantes não serem mais internacionais nas suas interações sobre questões políticas, uma vez que pode ser igualmente importante (se não mais importante, nalguns casos) compreender primeiro a sua própria sociedade e envolver-se concretamente no seu desenvolvimento. Contudo, estes dados permitem moderar o otimismo muitas vezes expresso acerca do “cidadão global ou transnacional” (Marden, 2011; Trenz, 2009). Uma vez mais, observamos que foram mais os homens que recorreram a esta função do que as mulheres, independentemente da área geográfica. Como seria de esperar, mais inquiridos envolvidos ativamente na vida académica comunicaram com outras pessoas de todas as áreas geográficas por motivos políticos. Mesmo os estudantes que participam, simplesmente, na vida académica utilizam a Internet com essa finalidade, mais do que os seus colegas, que não o fazem. Infelizmente, não dispomos de dados relativamente a esta questão nos outros países, mas parece-nos que este será um caminho a seguir em inquéritos futuros. Na realidade, parece haver uma forte ligação entre as atividades políticas offline e online (incluindo a discussão), a exemplo do que observaram outros investigadores (Stromer-Galley e Wichowski, 2011; Calenda e Meijer, 2009).

#### **4.2.2 REPRESENTAÇÕES POSITIVAS VERSUS REPRESENTAÇÕES NEGATIVAS**

Quando a questão é o potencial democrático da Internet a uma escala mais alargada, emergem diferenças significativas entre os diversos países. No que concerne o potencial da Internet enquanto forma privilegiada de promoção da liberdade de expressão,

os estudantes suecos são claramente mais otimistas, uma vez que 80% concordam neste aspeto, seguidos de perto pelos seus colegas do Quebeque, com 70% de respostas afirmativas. Os estudantes franceses e mexicanos estão ligeiramente menos convencidos, sendo que 64% e 60%, respetivamente, partilham a mesma opinião. Anteriormente, referimos alguns estudos que registaram um nível de ceticismo mais elevado entre os estudantes franceses. Poderemos referir, ainda, que os estudantes mexicanos também não apresentam um entusiasmo excessivo relativamente à sua participação nos assuntos da sua sociedade. Apenas 40% destes estudantes consideraram ser possível exprimir verdadeiramente a sua opinião no país (Flores Davila, 2004); mais recentemente, apenas 30% consideraram ter mais oportunidades do que os seus pais para participar na vida política (Gobierno de México, 2010). Nos quatro países, a maioria dos estudantes também acredita que, como infeliz consequência desta liberdade, a Internet facilita a difusão de conteúdos odiosos (77% na Suécia, 73% em Quebeque, 63% em França e 56% no México). Por outras palavras, estes participantes concordam, basicamente, que existe potencial para a sua participação, possivelmente para utilizarem quando sentirem a necessidade de o fazer, ao mesmo tempo que reconhecem o paradoxo inerente a esta liberdade de expressão. Apesar da variação existente entre os diferentes países, estas posições apresentam a taxa de aprovação mais elevada, em geral, uma vez que os inquiridos se encontram muito mais divididos relativamente a outras questões, como poderemos verificar na Tabela 2.

Por exemplo, os estudantes suecos são os mais confiantes de que a Internet ajuda a empoderar os cidadãos comuns, com 60% de respostas afirmativas, enquanto apenas 33% dos seus colegas em Quebeque e 24% dos seus colegas franceses partilham a mesma opinião. Relativamente ao facto de a Internet conferir uma maior responsabilização das instituições públicas e financeiras, os estudantes suecos continuam a ser os mais otimistas, ainda que mais reservados, com 50% de respostas afirmativas, seguidos de perto pelos seus colegas mexicanos (43%), cuja resposta não é surpreendente, tendo em conta que 57% da juventude mexicana admitiu não confiar nos políticos nem noutros cidadãos (Flores Davila, 2004). Contudo, os seus colegas em Quebeque e França são, decididamente, mais cétricos, com apenas 33% e 21%, respetivamente, de concordância. É possível que os estudantes suecos tenham testemunhado exemplos mais positivos de diálogo entre as autoridades e os cidadãos. Por exemplo, Miegel e Olsson (2012) descrevem o caso de uma câmara jovem online de sucesso numa cidade sueca. Mas podem estar em jogo outras diferenças culturais. Num estudo qualitativo com jovens suecos de idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, Kugelberg (2000) concluiu que os estudantes universitários adotam uma atitude, em geral, positiva nas suas perspetivas de vida; consideram atravessar um período de liberdade pessoal que lhes permite ganhar experiência, obter conhecimentos e especialização, no sentido de se prepararem para um futuro de sucesso na sociedade. Esta atitude contrasta consideravelmente com os estudos sociológicos da juventude francesa descritos como constituindo um desafio da autoridade e como sendo pessimistas relativamente às suas perspetivas de vida (Galland,

2009). Embora esta observação possa aplicar-se, atualmente, a todos os jovens adultos, Cicchelli, Martin e Pugeault-Cicchelli (2007) defendem que as trajetórias de vida da juventude francesa são muito mais individualistas do que antes, e que a multiplicidade de escolhas pode, na verdade, gerar uma maior ansiedade. Assim, os jovens adultos destas sociedades, à exceção da Suécia, podem sentir uma tal falta de confiança na autoridade, que não veem a Internet como sendo uma ferramenta suficiente para ajudar a atingir este ponto de equilíbrio. Porém, é possível que ocorra um enviesamento relativamente aos estudantes já ativos, uma vez que os dados na Suécia foram recolhidos online.

Resumindo as conclusões do nosso inquérito internacional, observa-se uma grande variação entre os diversos países, na medida em que a Internet é utilizada como fonte de informações para fins políticos. Os inquiridos também estão mais ou menos satisfeitos com esta prática, apesar de existir uma certa variação entre os diferentes países. A visualização ou publicação de vídeos políticos são extremamente raras (em todos os países). Apenas uma minoria de estudantes participa em debates públicos online, porém com uma maior frequência na Suécia. Nos países com dados disponíveis, as interações sobre questões políticas ocorrem, maioritariamente, dentro do próprio país.

No geral, os estudantes possuem importantes reservas relativamente ao potencial democrático da Internet, o que mostra que não adotam a tecnologia cegamente, como alguns autores parecem sugerir. É aqui que as diferenças culturais são mais visíveis, verificando-se o maior contraste entre França, que se destaca como o país mais pessimista, e Suécia, como sendo o mais otimista. Uma forte tendência sociológica é a diferença entre os dois sexos, estando os homens quase sistematicamente mais interessados e mais ativos relativamente à política online. Contudo, uma variável ainda mais significativa é a participação na vida académica, o que confirma que as atividades políticas online estão interligadas com o envolvimento na vida real. De seguida, discutiremos a importância dos resultados do nosso estudo relativamente à conceptualização da esfera pública, baseando-nos simultaneamente noutros estudos.

## 5. PARA UMA RECONFIGURAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA TRADICIONAL

A noção de esfera pública<sup>2</sup> foi objeto de diversos debates entre investigadores que procuraram clarificar o seu significado. Se o conceito de esfera pública, conforme descrito por Jürgen Habermas, continua a ser o ponto central a partir do qual os diferentes autores desenvolveram as suas próprias perspetivas, desde então – e especialmente desde o advento das esferas públicas digitais – seguiu-se muitas vias. Atentemos, muito resumidamente, nos principais debates que procuraram circunscrever a noção de esfera pública.

<sup>2</sup> Se alguns autores utilizam a esfera pública no singular, como Habermas, referindo-se a um espaço de deliberação universalista, outros também a utilizam reconhecendo a multiplicidade de públicos que a constituem, em vez de se referirem a um multiplicidade de esferas públicas, no plural, como fazem outros autores. Isto explica por que motivo, por vezes, colocamos o “s” entre parênteses, de modo a sublinhar a ideia de “multiplicidade”.

Para Habermas (1989), a esfera pública é concebida como a base da democracia, sendo orientada pela ideia de bem comum, onde se fazem debates políticos para chegar a um consenso através de discussões crítico-rationais. É “[um] domínio da nossa vida social onde algo como a opinião pública pode constituir-se [onde] os cidadãos... gerem questões de interesse geral sem estarem sob coerção... [para] exprimir e publicitar as suas perspectivas (Habermas, 1997: 105, citado em McKee, 2005: 4). Assim, para Habermas, a noção de esfera pública é sustentada por valores liberais, e a discussão, na esfera pública, deverá estar integrada numa racionalidade comunicativa, e não numa racionalidade estratégica/instrumental, com vista a alcançar um entendimento comum.

Porém, diferentes autores criticam esta conceptualização da noção de esfera pública. Segundo Dacheux (2008), estas objeções poderiam ser resumidas em quatro pontos: a suposta racionalidade da esfera pública, a sua presumível unicidade, bem como a distinção entre as dimensões pública e privada e o pressuposto de que os participantes são iguais. Procuraremos ver, relativamente a cada um dos argumentos, de que modo as práticas relativas à participação política online e a sua avaliação pelos jovens adultos nos permitem confirmar ou rejeitar parcialmente as ideias defendidas. Será desnecessário referir que isto servirá como uma reflexão preliminar e exploratória sobre a transformação da noção de esfera pública, uma vez que os nossos resultados não são representativos de toda a população, nem dos jovens adultos enquanto tal.

Em primeiro lugar, a noção de esfera pública de Habermas deverá ter em consideração o facto de que a capacidade e vontade de uma pessoa para ser sempre racional não está garantida, o que significa que a possibilidade de alcançar um consenso através da comunicação racional encontra-se repleta de dificuldades. De facto, a expectativa de deliberação racional na esfera pública Habermasiana parece difícil de alcançar. O sociólogo francês Loncle (2007) destaca que o indivíduo contemporâneo, libertado dos constrangimentos normativos prévios da pertença de grupo (i.e., religião, classe, etc.), se defronta com a responsabilidade de criar a sua própria perspectiva sobre a vida e sobre como agir em sociedade. Este pode revelar-se um grande desafio, mesmo entre aqueles com níveis de educação mais elevados. As pressões sociais, as estratégias políticas, as ambições e as emoções pessoais convergem, no sentido de influenciar o modo de agir das pessoas na esfera pública. Por exemplo, Miège (2010) defende uma tese interessante quando afirma que as emoções e as experiências são cada vez mais utilizadas como justificação para intervir na esfera pública. Tal permite a multiplicação de situações de debate, sobretudo através dos média, e a emergência de novos atores, tais como os “cidadãos comuns”, e a “motivação do cidadão para a crítica”, que perturba a legitimidade daqueles que têm oficialmente permissão para falar. Em suma, segundo Miège (2010), regista-se uma deslocação da retórica para as experiências vividas. Na mesma senda, Stromer-Galley e Wichowski (2011: 168) pintam um quadro realista, senão desencorajador, das deliberações online como estando repletas de emoções: “[a] discussão online está, muitas vezes, longe de ser retirada dos ideais grandiosos da esfera pública Habermasiana; os comentários podem ser escritos precipitadamente, irracionais, mal fundamentados, imbuídos de interesses pessoais ou ter como objetivo atacar a outra

parte”. Os resultados do nosso próprio estudo estão em consonância com Stromer-Gally e Wichowski (2011), uma vez que, nos quatro locais, a maioria dos estudantes (entre 56% e 77%, dependendo do país) concorda que a Internet facilita a difusão de conteúdo odioso. Parece, então, que, conforme defende Miège (2010), os estudantes afirmam (implicitamente) que a participação na esfera pública nem sempre constitui uma atividade racional, uma vez que as emoções dos indivíduos se sobrepõem, muitas vezes, à análise lógica.

Em segundo lugar, a ideia de uma esfera pública “burguesa” (deliberativa e com uma vocação universal) é problemática. De facto, alguns autores (Fraser, 1992; Hauser, 1998; Fenton, 2010) defendem a multiplicidade de esferas públicas nos seus próprios termos (esferas públicas subalternas, contra-esferas públicas, etc.). Por exemplo, Fraser (1992), em *Rethinking the Public Sphere*, acredita que as pessoas marginalizadas estão a formar as suas próprias esferas públicas devido à sua exclusão da esfera pública universal, conforme definido por Habermas. Para Fraser (1992, citado em Frenette e Vermette, 2011: 74), existem “contrapúblicos subalternos em campos discursivos paralelos que lutam contra os discursos dominantes ou hegemónicos do domínio político”. Assim, Fraser vê a esfera pública como um espaço para discursos múltiplos que exprimem interesses, identidades e necessidades diferentes daqueles da esfera pública dominante. Do modo idêntico, Hauser (1998) reconhece a diversidade de discursos na esfera pública, embora descreva os públicos como sendo constituídos sobretudo por membros da sociedade que se mobilizam em torno de aspetos específicos, de acordo com os seus interesses. Como vimos anteriormente, esta tendência é comum entre jovens. A definição da noção de esfera pública de Hauser reflete, assim, as duas primeiras objeções de Dacheux (2008): a esfera pública é múltipla, não universal, e não é absolutamente racional. Contrariamente à conceção de esfera pública, de Habermas, como estando orientada para as elites, a noção moderna de democracia pede uma participação massiva de todos os membros da sociedade, independentemente da sua educação ou da sua especialização; é por isso que a Internet é posicionada como um caminho tão promissor para ressuscitar a democracia, através da sua capacidade para suprimir distâncias e agregar pessoas diversas, não fossem as reservas que referimos.

No nosso inquérito internacional, a maioria dos estudantes de todos os países afirma que a Internet permite uma maior liberdade de expressão. De facto, parece que a Internet é o meio predileto dos jovens adultos que pretendem exprimir as suas próprias identidades, experiências e interesses online, uma vez que os seus comentários não estão sujeitos a censura e podem divergir dos principais discursos sociais dominantes em torno dos debates políticos, sugerindo, assim, obliquamente a existência de esferas públicas plurais. Na realidade, o facto de 80% dos jovens adultos suecos inquiridos e 70% das pessoas em Quebeque concordarem que a Internet permite a liberdade de expressão, comparativamente a 64% dos seus colegas mexicanos e 60% dos seus colegas franceses, prova, por si mesmo, que é possível exprimir opiniões diferentes sobre a esfera pública digital. Por conseguinte, a ideia de uma única esfera pública, conforme originalmente proposto, não é, de todo, viável e a Internet apenas contribui para acentuar

essa realidade, à medida que um número infinito de grupos de interesse prolifera na Internet. Neste contexto, não é surpreendente que apenas uma minoria dos nossos inquiridos indique participar em debates públicos, entendidos no sentido de uma coletividade alargada.

A terceira crítica diz respeito à suposta existência de uma nítida separação entre a vida privada e a esfera pública, e entre a esfera pública e o Estado. Dacheux (2008) mostra as fronteiras esbatidas entre as duas noções, demonstrando que as sociedades civis, os Estados, a(s) esfera(s) pública(s) e as vidas privadas influenciam mutuamente o funcionamento dos outros. Deste modo, alguns assuntos privados podem tornar-se assuntos públicos. Cardon (2010) apresenta um exemplo das fronteiras permeáveis entre as esferas públicas e privadas, mostrando de que modo os profissionais, como os jornalistas, falam de “companheiros” nos média (e.g.: a *reality TV*), transformando a sua vida privada em assunto público, ou como utilizam a vida privada dos políticos para debater assuntos públicos. Neste campo, os jovens adultos abriram um novo caminho, na medida em que se sentem bastante confortáveis em deslocar-se entre as esferas públicas e privadas, efetivamente agindo simultaneamente nas duas.

Embora Habermas tenha concebido as esferas pública e privada como duas identidades distintas, há vários anos que a proliferação dos meios de comunicação de massa, o jornalismo sensacionalista e outros tornam essa distinção mais obsoleta. Julgamos, de facto, que a Internet exacerbou simplesmente esta tendência. As esferas pública e privada são mais difíceis de distinguir, uma vez que a vida privada se enredou com o envolvimento público. Loncle (2007) nota que o envolvimento político, do ponto de vista dos jovens, implica, muitas vezes, agir em nome próprio, como forma de incentivar o desenvolvimento pessoal e abrir caminho às oportunidades profissionais. Além disso, parece que as preocupações pessoais das mulheres estão diretamente relacionadas com a participação na esfera pública. Conforme referido anteriormente, Stromer-Galley e Wichowski (2011) observam que os fóruns online raramente tratam questões importantes para as mulheres (i.e., saúde, cuidados diários, etc.), e que estes tendem a estar relacionados com questões públicas que influenciam diretamente a vida pessoal.

A quarta e última objeção está relacionada com as características do público como sendo composto por pessoas iguais, debatendo-se em conjunto pelo bem público. Na realidade, para Fraser (1992), a igualdade é uma ilusão, uma vez que nem todos os cidadãos possuem acesso idêntico à(s) esfera(s) pública(s). Conforme ilustrado por Dacheux (2010), nem todos os cidadãos estão diretamente ligados à(s) esfera(s) pública(s), uma vez que assentam, muitas vezes, em agentes de mediação (i.e., associações, ONGs, família, média, etc.). Porém, existe uma separação digital, mesmo no seio das sociedades mais afluentes, conforme sugerimos no início do trabalho. Finalmente, a conceção de Habermas da esfera pública, assente nos valores liberais da liberdade e dos direitos, coloca o problema da disposição do indivíduo em participar em debates públicos. O que nós observamos, concretamente, foi que, mesmo no seio de um segmento privilegiado da população, constituído por estudantes universitários, a participação nestes debates foi muito modesta.

Se os estudantes do nosso estudo comparativo tendem a concordar que a Internet permite a liberdade de expressão, não estão tão certos relativamente à sua capacidade de incentivar o empoderamento dos cidadãos, ou de privilegiar a transparência das instituições políticas e financeiras, contrabalançando, assim, a ideia do novo “cidadão comum poderoso”. Poderia parecer, então, que a igualdade é mais uma questão de esperança do que uma realidade, no que diz respeito à participação através da Internet. Pelo contrário, a chave parece ser a socialização básica. Por exemplo, num país como a Austrália, onde o acesso não é problemático, Yeung, Passmore e Packer (2012) concluem que os contextos sociais dos jovens adultos constituem agentes de socialização importantes, que promovem a participação da cidadania. Vromen (2007) acrescenta que, embora se possa dizer que a Internet não é uma panaceia, incentiva, porém, a participação de jovens já politicamente envolvidos, facilitando a partilha e organização de informação. Os nossos resultados estão em consonância com esta observação. Verificamos que, mesmo que homens e mulheres tenham acesso igual às TIC, nos quatro países estudados os homens apresentam uma maior tendência para se envolverem politicamente do que as mulheres, reiterando assim padrões sociais e ideias feitas correntes sobre política, e conduzindo a uma revitalização dos debates sobre a igualdade entre homens e mulheres, a este respeito.

A partir destas quatro críticas da noção de Habermas sobre a esfera pública e da discussão dos nossos dados empíricos, em conjunto com os resultados de outros estudos, chegamos a uma nova definição da(s) esfera(s) pública(s) que tem em consideração a multiplicidade de “esferas” que apelam a diferentes grupos (dependendo de interesses, questões ou identidades, e outros elementos específicos), que coexistem e interagem com o grupo dominante. Como Bennett (2008: 13, citado em Frenette e Vermette, 2011: 75) afirma, “é primordial possuir uma visão alargada da esfera pública, face à recente mudança geracional nas democracias pós-industriais da identidade própria relacionada com a política e com a cultura tradicional (grupos fortes como emprego, classe, partido), até à sociedade em rede, na qual as pessoas participam em cadeias de associações relacionadas livremente, e nas quais são mais responsáveis pela produção e gestão das suas próprias identidades sociais e políticas”. Por outras palavras, é mais provável que os cidadãos ultrapassem as vias autoritárias tradicionais para se envolverem na esfera pública como forma de afirmar as suas próprias identidades em relação aos seus valores pessoais, e os jovens adultos com educação parecem estar na vanguarda destas importantes transformações sociais.

## 6. CONCLUSÃO

De que forma poderemos dizer que a Internet está relacionada com as alterações na esfera pública? Chegámos à conclusão de que a reconfiguração da esfera pública, conforme idealizado inicialmente por Habermas, é orientada por alterações sociais enraizadas, e estas alterações são apoiadas - e, nalguns casos, destacadas - pelas práticas da Internet. As deliberações na esfera pública raramente, se alguma vez, foram

induzidas exclusivamente pela racionalidade e pela preocupação pelo bem comum. Mas o anonimato da Internet, juntamente com a sua disponibilidade, tornam mais fácil do que nunca deixar que as questões pessoais dominem o discurso público. De modo idêntico, a sociedade pós-moderna assistiu à proliferação dos grupos de auto-interesse, mas a Internet permite-lhes prosperar facilmente, conduzindo à proliferação de esferas “públicas” múltiplas sem precedentes. A predominância das trajetórias individuais relativamente à perspectiva de vida e o papel de cada um na sociedade favorecem a mistura de interesses pessoais com assuntos que dizem respeito à sociedade como um todo; uma vez mais, a Internet oferece a possibilidade de publicitar e de defender as questões privadas de cada um junto de um público mais alargado. Finalmente, os cidadãos nunca estiveram numa posição absolutamente igual no respeitante às estruturas de poder; embora, neste aspeto, a Internet tenha permitido a um número muito mais elevado de pessoas intervir nos discursos públicos correntes, as pessoas não têm as mesmas capacidades, quer técnicas, quer sociais, para tirarem proveito destas oportunidades. Para concluir, sublinhamos o facto de ainda ser necessária muito mais investigação, e gostaríamos de partilhar quatro pontos de vista relativamente à forma como o tema do envolvimento dos jovens adultos na esfera pública deveria ser conceptualizado, e de fazer algumas sugestões relativamente às questões que necessitam de ser aprofundadas.

Em primeiro lugar, gostaríamos de sublinhar a importância da cultura em relação às práticas políticas na Internet. A comparação internacional dos nossos dados permite-nos observar variações importantes na forma como os inquiridos se envolvem na esfera pública, nos diferentes países. Esta observação destaca a importância da contextualização para a compreensão das práticas, na Internet, dos jovens adultos na esfera pública digital. Por conseguinte, é erróneo presumir que os jovens possuem práticas universais, como diversos autores parecem sugerir. As práticas variam muito, não só entre estudantes universitários da mesma universidade, mas também entre as várias regiões do mundo. Os nossos dados indicam que existem variações significativas, entre as diferentes sociedades, relativamente ao grau de satisfação com as suas próprias práticas e à forma como veem a função social da Internet.

Em segundo lugar, julgamos ser erróneo pensar o envolvimento político como uma questão de “tudo ou nada”. Embora a Internet proporcione oportunidades extraordinárias para as pessoas participarem na esfera pública, tal não significa que os estudantes universitários explorem constantemente, e na íntegra, o potencial deste meio. Por outras palavras, não é porque as vantagens da Internet em termos do envolvimento na esfera pública são significativas (i.e., permite a comunicação com pessoas de todo o mundo, a organização de protestos, a obtenção de informações políticas, etc.), que os estudantes universitários irão necessariamente utilizar estas oportunidades permanentemente. Como refere Gripsrud (2009), o envolvimento da esfera pública é sempre uma opção que pode ser atualizada sempre que se entender necessário. Além disso, Jouët (2009) sugere que existem diferentes graus de envolvimento público, desde o ativismo permanente até ao vago interesse. Os nossos dados indicam que o primeiro tipo continua a ser uma minoria. Uma vez que, no geral, os estudantes do nosso estudo

são, frequentemente, mais observadores da esfera pública do que participantes ativos, torna-se, então, importante perguntar por que é que escolhem esta posição. É possível que cedam às ferramentas online para se envolverem na esfera pública durante períodos específicos ou por motivos especiais (i.e., eleições, cimeiras, legislação impopular, conflitos armados, etc.).

Em terceiro lugar, gostaríamos de destacar, em paralelo com outros autores que citamos neste artigo, que a dissociação de práticas políticas online e offline não é uma via de investigação frutífera. De facto, em consonância com os resultados de outros estudos como o de Hirzalla e van Zoonen (2011), os dados do nosso inquérito mostram que a utilização da Internet para fins políticos é mais comum entre estudantes universitários que já estão envolvidos na vida académica. Parece imperativo, a partir de agora, considerar que os modos de participação política online e offline estão interligados. A quarta – e última – perspectiva que gostaríamos de partilhar está relacionada com as representações mentais da esfera pública digital. Embora os estudantes dos quatro países variem relativamente ao seu nível de otimismo ou de ceticismo, em geral tendem a mostrar reservas relativamente ao seu potencial de empoderamento de cidadãos comuns ou como incentivo à transparência de organizações financeiras ou políticas. Os baixos níveis de participação nos debates públicos não são, portanto, surpresa. Por conseguinte, ao analisar as práticas da Internet e ao tecer especulações relativamente ao potencial da Internet, julgamos ser importante ter em consideração as perspectivas dos jovens adultos sobre este assunto como forma de melhor compreender as suas práticas.

Entre as questões que consideramos importante considerar em estudos futuros, merecem toda a nossa atenção as diferenças observadas entre homens e mulheres jovens com educação relativamente ao envolvimento político, em geral, e às práticas políticas online. De facto, parece que os papéis tradicionais dos homens e das mulheres associados às esferas pública e privada ainda permeiam alguns aspetos da vida social. Alguns investigadores como Gavray, Born e Waxweiler (2012) realizaram estudos aprofundados que mostram como as práticas de socialização orientam subtilmente homens e mulheres jovens para diferentes conceptualizações do seu papel na esfera pública. Parece, portanto, que, se o objetivo da esfera pública digital é realizar o seu potencial para transformar o envolvimento político, permitindo a todos aqueles que têm acesso às TIC participar em debates políticos, o acesso a estes meios não é suficiente para transcender práticas e estados mentais previamente ancorados. O nosso argumento anterior relativamente à importância de ter em conta as representações sociais relativas ao envolvimento político assumem, portanto, uma relevância adicional.

Nos próximos anos, será particularmente interessante continuar a explorar a forma como as dinâmicas da esfera pública são questionadas, uma vez mais, pela popularidade das tecnologias da comunicação como o Facebook e o Twitter. Porém, as TIC como a Internet, independentemente do grau de sofisticação que venham a adquirir, não transformarão, por si só, o envolvimento dos jovens adultos na esfera pública, a menos que estes se sintam fortemente motivados a fazê-lo. Contudo, aqueles que esperam um maior potencial envolvimento das novas gerações poderiam aproveitar o seu potencial

e tentar chegar aos jovens adultos de formas que apelam às suas preocupações e aos seus valores. Já se realizaram alguns projetos e estudos promissores neste sentido, com algumas conclusões úteis. Por exemplo, Wells (2010) e Freelon (2011) fizeram uma revisão de websites de envolvimento cívico destinados aos jovens, e ambos destacam a importância de conceber fóruns abertos, onde os jovens se sintam à vontade para se exprimirem relativamente a uma série de questões. A conceção e a avaliação dessas iniciativas são metas igualmente importantes para a investigação futura. A continuação, posteriormente, do nosso inquérito poderia, possivelmente, mostrar um envolvimento mais forte dos jovens adultos na esfera pública. //

Tradução de Rui Sousa-Silva

## REFERÊNCIAS

- Arnett, J.J. (2004) *Emerging adulthood. The winding road from the late teens through the twenties*, New York: Oxford University Press.
- Bastien, F.C. (2004) 'Branchés, informés et engagés? Les Canadiens, Internet et l'élection fédérale de 2000', *Politique et Sociétés*, 23 (1): 171-191.
- Beck, U. (2001) 'Freedom's children' in Beck, U. & Beck-Gensheim, E. (eds.) (2001) *Individualisation*, London: Sage, pp. 156-71.
- Beck, U. (1992) *Risk society. Towards a new modernity*, London: Sage.
- Bélanger, É. & Nadeau, R. (2009) *Le comportement électoral des Québécois*, Montréal: Presses de l'Université de Montréal.
- Bennett, W. L. (2008) 'Changing citizenship in the digital age' in Bennett, W. L. (ed.) (2008) *Civic life online: Learning how digital media can engage youth*, Cambridge, MA: MIT Press, pp. 1-25.
- Blais, A. (2008) 'Mon vote peut-il faire la difference?' in Les professeurs de science politique de l'Université de Montréal (eds.) (2008) *La politique en questions*, Montréal: Presses de l'Université de Montréal, pp. 53-7.
- Britt, T.W. (2003) 'Motivational and emotional consequences of self-engagement: Voting in the 2000 U.S. presidential election', *Motivation and Emotion*, 27 (4): 339-58.
- Calenda, D. & Meijer, A. (2009) 'Young people, the Internet and political participation. Findings of a web survey in Italy, Spain and The Netherlands', *Information, Communication & Society*, 12 (6): 879-98.
- Cardon, D. (2010) *La démocratie Internet. Promesses et limites*, France: Éditions du Seuil et La République des Idées.
- Caron, A.H. & Caronia, L. (2005) *Culture mobile: Les nouvelles pratiques de communication*, Montréal: Presses universitaires de Montréal.
- Cicchelli, V., Martin, C. & Pugeault-Cicchelli, C. (2007) 'Les jeunes adultes en France : un débat politique et scientifique' in Loncle, P. (ed.) (2007) *Les jeunes, Questions de société, questions de politique*, Paris : La documentation française, pp. 25-44.

- Dacheux, É. (2008) 'L'espace public: un concept clef de la démocratie' in Dacheux, É. (ed.) (2008) *L'espace public*, Paris: CNRS Editions, pp. 8-17.
- Dahlgren, P. (2012) 'Web et participation politique: Quelles promesses et quels pièges?' *Questions de communication*, 21: 13-24.
- Dahlgren, P. (2008) 'L'espace public et les médias: une nouvelle ère ?' in Dacheux, É. (ed.) (2008) *L'espace public*, Paris: CNRS Éditions, pp. 61-83.
- Farthing, R. (2010) 'The politics of youthful antipolitics: representing the 'issue' of youth participation in politics', *Journal of Youth Studies*, 13 (2): 181-95.
- Fraser, N. (1992) 'Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy' in Calhoun, C. (ed.) (1992) *Habermas and the public sphere*, Cambridge, MA: MIT Press, pp. 109-42.
- Fenton, N. (2010) 'Re-imagining democracy. Mew media, young people, participation and politics' in Olsson, T. & Dahlgren, P. (eds.) (2010) *Young people, ICTs and democracy. Theories, policies, identities and websites*, Sweden: Nordicom, pp. 19-34.
- Flores Davila, J.I. (2004). 'Paris gagnés, paris perdus : valeurs et croyances chez les jeunes' in Perez Islas, J. A. & Valdez Gonzalez, M. (eds.) (2004) *Regard sur... la jeunesse au Mexique*, Québec : Éditions de l'IQRC, pp. 187-206.
- Frenette, M. & Vermette, M.F. (2011) 'Young adults' involvement in the public sphere : A comparative international study' in Correia, J.C. & Rousiley, M.C. (eds.) (2011) *The Public Sphere Reconsidered : Theories and Practices*, Portugal: LabCom books, pp. 73-90.
- Furlong, A. & Cartmel, F. (2007) *Young people and social change: individualisation and risk in late modernity*, 2d ed., Maidenhead: Open University Press.
- Galland, O. (2009) *Les jeunes*, Paris: La Découverte.
- Gavray, C., Born, M. & Waxweiler, C. (2012) 'La dimension du genre dans l'étude de la participation sociale, civique et politique' in Fournier, B. & Hudon, R. (eds) (2012) *Engagements citoyens et politiques de jeunes. Bilans et expériences au Canada et en Europe*, Québec : Presses de l'Université Laval, pp. 65-79.
- Giddens, A. (1991) *Modernity and self-identity: Self and society in the late modern age*, Cambridge: Polity Press.
- Gobierno de México (2010) *Encuesta nacional de juventud*. <http://bdsocial.inmujeres.gob.mx/index.php/enjuve-38/encuesta-nacional-de-juventud>
- Gripsrud, J. (2009) 'Digitising the public sphere: Two key issues', *Javnost - The Public*, 16 (1): 5-16.
- Habermas, J. (1989) (German 1962) *The structural transformation of the public sphere : An inquiry into a category of bourgeois society*, Cambridge, MA: MIT Press.
- Hauser, G. (1998) 'Vernacular dialogue and the rhetoricality of public opinion', *Communication monographs*, 65 (2): 83-107.
- Imjuve (Instituto Mexicano de la Juventud) & UNA (Universidad Nacional Autónoma de México) (2012) *Encuesta nacional de valores en juventud* <http://www.juridicas.unam.mx/invest/areas/opinion/envaj/resultados.htm>
- Jouët, J. (2009) 'The Internet as a new civic form. The hybridisation of popular and civic Web uses in France', *Javnost - The Public*, 16 (1): 59-72.

- Kugelberg, C. (2000) 'Young Adult Life With and Without Limits. Different Discourses Around Becoming Adult Among Swedish Young People', *Young. Nordic Journal of Youth Research*, 8 (1): 36-53.
- Livingstone, S., Bober, M. & Helsper, E. (2004) *Active participation or just more information?*, London: London School of Economics.
- Loncle, P. (2007) 'Jeunes et politique : amours et désamours' in Loncle, P. (ed.) (2007) *Les jeunes, Questions de société, questions de politique*, Paris : La documentation française, pp. 101-128.
- Marden, P. (2011) 'The digitised public sphere: Re-defining democratic cultures or phantasmagoria?', *Javnost - The Public*, 18 (1): 5-20.
- McKee, A. (2005) *The public sphere: an introduction*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Miège, B. (2010) *L'espace public contemporain. Approche info-communicationnelle*, Grenoble: Presses de l'Université de Grenoble.
- Miegel, F. & Olsson, T. (2012) 'A generational thing? The internet and new forms of social intercourse', *Continuum: Journal of Media & Cultural Studies*, 26 (3): 487-99.
- Milner, H. (2007) 'La connaissance et la participation politiques des jeunes Américains, Canadiens et Québécois' in Venne, M. & Fahmy, M. (eds.) (2007) *L'annuaire du Québec 2008*, Montréal : Fides, pp. 85-95.
- Mindich, D. T. Z. (2005) *Tuned Out. Why Americans Under 40 Don't Follow the News*, Oxford: Oxford University Press.
- Niemi, R. G. & Weisberg, H. F. (eds) (2001) *Controversies in Voting Behavior*, Washington, DC: CQ Press.
- Norris, P. (2003), *Young people and political activism: from the politics of loyalty to the politics of choice* [www.pippanorris.com, acedido em 11/01/2008].
- Ogan, CL., Ozaka, M. & Groshek, J. (2008) 'Embedding the Internet in the lives of college students. Online and Offline behaviour', *Social Science Computer Review*, 26 (2): 170-7.
- Pammett, J.H. & Leduc, L. (2005) *Pourquoi la participation décline aux élections fédérales canadiennes: un nouveau sondage des non-votants*, Ottawa: Élections Canada.
- Pattie, C., Seyd, P.A. & Whiteley, P. (2004) *Citizenship, democracy and participation in contemporary Britain*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Sarra-Bournet, B. (2008) *La démocratie de l'absention*, Research Report [www.crp.uquam.ca/pages/docs/centres/cm/Bruno%20Sarra-Bournet.pdf, acedido em 03/01/2013]
- Stockemer, D. (2012) 'Students' political engagement: a comprehensive study of University of Ottawa undergraduate students', *Journal of Youth Studies*, 15 (8): 1028-47.
- Stromer-Galley, J. & Wichowski, A. (2011) 'Political discussion online' in Consalvo, M. & Bucht, C. (eds.) (2011) *Handbook of Internet studies*, Malden, MA: Wiley-Blackwell, pp. 168-87.
- Theocharis, Y. (2011) 'Young people, political participation and online postmaterialism in Greece', *New Media & Society*, 13 (2): 203-23.
- Trenz, H.-J. (2009) 'Digital media and the return of the representative public sphere', *Javnost - The Public*, 16 (1): 33-46.

Vromen, A. (2007) 'Australian young people's participatory practices and Internet use', *Information, communication and society*, 10 (1): 48-68.

Wells, S.D. & Dudash, E.A. (2007) 'Wha'd'ya know? Examining young voters' political information and efficacy in the 2004 election', *American Behavioral Scientist*, 50 (9): 1280-89.

Wolton, D. (2008) 'Les contradictions de l'espace public médiatisé' in Dacheux, É. (ed.) (2008) *L'espace public*, Paris: CNRS Éditions, pp. 31-59.

Yeung, P., Passmore, A. & Packer, T. (2012) 'Examining citizenship participation in young Australian adults: a structural equation analysis', *Journal of Youth Studies*, 15 (1) : 73-98.

## ANEXO

	Quebeque	França	México	Suécia
<b>Sexo</b>				
Mulheres	66	68	53	68
Homens	34	32	47	32
<b>Idade</b>				
18-24 anos	80	96	89	65
25-30 anos	13	4	5	23
Mais de 30 anos	7	-	6	12
<b>Área de estudos</b>				
Letras	39	46	50	51
Ciências Sociais	42	33	26	24
Ciências e Matemática	19	21	24	25

Tabela 1: Características da amostra por sexo, idade e área de estudos nos quatro países (em percentagem)

	Suécia	Quebeque	França	México
Liberdade de expressão	80	70	64	60
Difusão de conteúdo odioso	77	73	63	56
Empoderamento dos cidadãos	60	33	24	n/d
Responsabilização das instituições	50	33	21	43

Tabela 2. Percentagem total de estudantes das quatro sociedades que concordam com as declarações sobre o potencial da Internet para favorecer fenómenos diferentes